



Teto de juros do consignado do INSS subirá para 1,8% ao mês

Surto de virose no litoral paulista foi provocado por norovírus

Página 2

Haddad afirma que Lula vetará jabutis que encarecerão conta de luz

Página 3

Ministério Público vai investigar queda de aeronave em Ubatuba

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) instaurou um procedimento para apurar as circunstâncias que levaram à queda de uma aeronave na manhã da quinta-feira (9) em Ubatuba, litoral norte paulista.

Segundo o Ministério Público, o procedimento pretende analisar fatos e apontar possíveis responsabilidades, além de verificar a regularidade da aeronave e do Aeroporto de Ubatuba. **Página 4**

Sorotipo 3 da dengue volta a circular no país e preocupa autoridades



O sorotipo 3 da dengue registrou aumento em meio a testes positivos para a doença no Brasil – sobretudo nos estados de São Paulo, de Minas Gerais, do Amapá e do Paraná. A ampliação foi registrada principalmente nas últimas quatro semanas de dezembro. O cenário preocupa autoridades sanitárias brasileiras, já que o vírus não circula de forma predominante no país desde 2008 e, consequentemente, grande parte da população está suscetível.

Página 6

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagarão mais nas futuras operações de crédito consignado. Por 13 votos a 1, o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprovou na quinta-feira (8), em Brasília, o novo limite de juros de 1,8% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,14 ponto percentual maior que o limite atual, de 1,66% ao mês, nível que vigorava desde abril. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado foi mantido em 2,46% ao mês.

Propostas pelo governo, as medidas entram em vigor cin-

co dias após a instrução normativa ser publicada no *Diário Oficial da União*, o que ocorrerá nos próximos dias. Os bancos haviam pedido a elevação imediata do teto.

As altas recentes na Taxa Selic (juros básicos da economia) foram a justificativa para o aumento. Em dezembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou os juros básicos de 11,25% para 12,25% ao ano. Por causa dos juros maiores, os principais bancos pararam de conceder crédito consignado, alegando inviabilidade das operações com o teto atual. **Página 4**

Receita esclarece que não cobrará imposto por Pix

O reforço na fiscalização de transferências via Pix e cartão de crédito não significa criação de impostos, esclareceu a Receita Federal. Em comunicado, o Fisco desmentiu informações falsas que circularam nas redes sociais nos últimos dias sobre cobrança de imposto para transferências digitais.

Em 1º de janeiro, entraram em vigor as novas regras da Receita Federal para a fiscalização de transferências financeiras. A principal mudança foi a extensão do monitoramento de transações financeiras às transferências Pix que somam pelo menos R\$ 5 mil por mês para pessoas físicas e R\$ 15 mil para pessoas jurídicas. **Página 2**

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 6,05	Compra: 6,12
Venda: 6,05	Venda: 6,30
EURO	
Compra: 6,23	
Venda: 6,23	

Esporte

Di Grassi volta ao cenário da “mais dramática vitória da F-E”

É uma das unanimidades no Mundial de Fórmula E: a vitória do brasileiro Lucas Di Grassi no México, em 2019, foi a mais dramática da história – como a própria categoria destaca hoje em seu site na matéria sobre a próxima etapa, marcada para sábado (11), novamente na Cidade do México. Na ocasião, depois de um duelo intenso, na linha de chegada Di Grassi “jogou” seu F-E pelo lado de fora do carro do alemão Pascal Wehrlein, sendo inclusive obrigado a sair da pista para fazer a ultrapassagem. Os dois cruzaram a linha de chegada emparelhados, mas com o brasileiro ligeiramente à frente. Era a segunda das três vitórias de Lucas no ePrix me-

xicano, um feito que encantou os apaixonados fãs locais, que passaram a ter o brasileiro com um de seus pilotos favoritos.

Neste sábado, o Mundial de Fórmula E retorna ao Autódromo Hermanos Rodríguez para a segunda etapa, depois de ter realizado em dezembro a abertura da temporada 2024/2025 no circuito montado no Sambódromo do Anhembi, em São Paulo. Será também a segunda corrida de Di Grassi em sua recém-formada equipe, a Lola Yamaha Abt Formula E Team, e a segunda oportunidade de todos no grid explorarem um pouco mais o potencial do Gen3 Evo, primeiro carro tipo Fórmula com tração nas quatro rodas.

3 vitórias em 9 provas – Esta será a 10ª disputa do ePrix do Mé-



Lucas acredita no potencial do carro de sua recém-formada equipe

xico, que está no calendário desde a segunda temporada do Mundial, em 2015/2016. Di Grassi venceu um terço das corridas realizadas lá

até agora, com primeiros lugares em 2017, 2019 e 2021. A prova é uma das mais populares da categoria, lotando rotineiramente as arquibancadas com mais de 40 mil fãs, cuja principal característica é a paixão pelo automobilismo: o público local oferece aos pilotos e equipes uma calorosa atmosfera durante todo o final de semana, com muitas cenas de fãs beirando a histeria por um autógrafa ou o contato com seus ídolos. Lá, os pilotos e até membros de equipe têm dias de rock stars.

Pista exigente – O eclético traçado permanente do Autódromo Hermanos Rodríguez possui 2.630 metros e 19 curvas no sentido horário, onde os carros completarão 36 voltas, ou aproximadamente 95 quilômetros de corrida. A ativação do modo ataque, que dá potência extra aos carros por alguns minutos, está localizada do lado de fora da Curva 15,

bem em frente às enormes (e sempre vibrantes) arquibancadas do Foro Sol – um complexo de curvas totalmente cercado pelo público.

O líder do campeonato é o neozelandês Mitch Evans, da Jaguar, que foi o vencedor do ePrix de São Paulo. Naquela prova, Lucas abandonou devido a uma pane eletrônica, que desligou todos os sistemas do carro. A Fórmula E entrará na pista pela primeira vez nesta sexta-feira, às 20h00 (de Brasília), para o primeiro treino. O segundo treino acontece na manhã de sábado, às 10h30, com o classificatório para o grid marcado para as 12h40. A corrida será disputada a partir das 17h05, sempre no horário de Brasília.

Dakar termina primeira semana com brasileiros na luta por pódio

A 47ª edição do Rally Dakar, que está em disputa até o dia 17 de janeiro na Arábia Saudita, segue surpreendendo pelo nível de dificuldade. Com largada no último dia 4 de janeiro, quando realizou sua primeira etapa, a prova até agora não teve nenhuma de suas grandes estrelas da categoria principal, a Ultimate (carros), no domínio de uma especial – nome do trecho formado geralmente por 400 a 500km cronometrados e com duração de um dia.

Mais do que isso, os favoritos têm sofrido baixas pesadas: já abandonaram os espanhóis Nani Roma/Alex

Haro, os também espanhóis e atuais campeões Carlos Sainz e Lucas Cruz e o sempre super favorito Sébastien Loeb (França) e seu navegador Fabian Lurquin (Bélgica). Roma e Haro bateram de frente com um concorrente e os demais inutilizaram seus carros em capotamentos – todos sem consequências graves para pilotos e navegadores. Amanhã (10), a caravana do Dakar faz sua única parada de “descanso” – um momento em que, na verdade, mecânicos e engenheiros continuam a trabalhar freneticamente para enfrentar a semana final.

Jovens vencedores – Nas cinco etapas realizadas até ago-

ra, a nova geração do rally venceu quatro, com destaque para a segunda delas, justamente a que durou 48 horas e quase mil quilômetros, quando a vitória foi do lituano Rokas Baciuskas, de 25 anos, que compete em parceria com o navegador espanhol Oriol Mena.

No dia seguinte, frisando o momento de renovação do Dakar, do qual fazem parte os brasileiros Lucas Moraes e Cadu Sachs (detalhes abaixo), o sul-africano Saood Variawa, de apenas 19 anos, faturou a terceira especial, tornando-se o piloto mais jovem a dominar um dia no mais duro desafio do esporte. Variawa compete em parceria

com o navegador francês François Cazale. Curiosamente, a liderança na Ultimate é da dupla sul-africana Henk Lategan/Brett Cummings, que ainda não venceu uma especial, mas é a melhor na soma dos tempos de todos os dias.

O Brasil continua em destaque nesta edição do Dakar. Na classificação geral após cinco etapas, o piloto Lucas Moraes atualmente é o quinto colocado na categoria Ultimate e se mantém como candidato ao pódio da prova. Já o navegador Cadu Sachs segue como segundo colocado na Challenger, disputada por protótipos leves, ao lado do piloto portu-

guês Gonçalo Guerreiro.

“Drama” no deserto – “Na especial de hoje (quinta-feira), esperávamos melhorar um pouco nossa colocação na classificação geral. Mas nos perdemos e demoramos demais pra encontrar novamente a trilha. No deserto, sem referências, se você se perde, vira um drama. Também tivemos um pneu furado, que nos atrasou bastante”, detalhou Moraes.

“Carro está inteiro” – “Ontem andamos mais devagar para evitar ter um furo de pneu, mas acabou acontecendo, infelizmente. Atacamos quando sentimos que tínhamos condições e nos sentíamos confortáveis

para isso. Hoje, tivemos mais um furo, que nos atrasou, mas faz parte. Mas completamos as etapas e o carro está inteiro, em ótimas condições. Preciso salientar que a navegação do Cadu novamente foi perfeita. Estamos bem felizes e satisfeitos por sabermos que temos condições de terminar bem esse Dakar”, avaliou Gonçalo Guerreiro.

Na etapa da quinta-feira na categoria Ultimate, a vitória foi do norte-americano Seth Quintero, que conta com a navegação do alemão Dennis Zenz. Até este momento, o Dakar percorreu 2.623km de trechos cronometrados.

Surto de virose no litoral paulista foi provocado por norovírus

Amostras humanas de fezes coletadas nas cidades de Praia Grande e no Guarujá, pelo Instituto Adolfo Lutz, confirmaram que o surto de virose que atinge diversas cidades do litoral sul paulista foi provocado por norovírus. As noroviroses são um grupo de doenças de origem viral que são conhecidas como gastroenterite e normalmente são transmitidas por via fecal-oral.

Segundo a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a norovirose é uma doença que dura em média três dias, provocando sintomas como náusea, vômito, diarreia, dor abdominal e, algumas

vezes, dores musculares, cansaço, dor de cabeça e febre baixa.

“Estas informações são importantes para orientar o tratamento aos pacientes. No entanto, estamos investigando, em conjunto com as Companhias Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Companhia de Saneamento Básico (Sabesp) e os municípios da Baixada Santista, a fonte que causou esta infecção”, explicou Regiane de Paula, coordenadora em saúde da Coordenadoria de Controle de Doenças da pasta.

Desde dezembro, turistas e moradores de cidades do litoral

paulista, principalmente da Baixada Santista, vem reclamando do aumento de casos de virose, principalmente após as festas de final de ano. A prefeitura do Guarujá chegou a declarar situação de surto de virose gastrointestinal.

Ainda não se sabe o que causou a infecção. A prefeitura de Guarujá chegou a notificar a Sabesp sobre a possibilidade de que os casos poderiam ter sido provocados por vazamentos e ligações clandestinas de esgoto na região da Enseada. A Sabesp, no entanto, negou a informação.

Prevenção

A Secretaria Estadual de Saú-



Foto: Prefeitura de Guarujá/Divulg.

de de São Paulo alerta que, para se prevenir contra viroses, a população deve procurar sempre lavar bem as mãos antes de preparar alimentos e ao se alimentar. Também é preciso evitar alimen-

tos mal cozidos e evitar tomar banho de mar nas 24 horas seguintes à ocorrência de chuvas. A secretaria também explica que não devem ser consumidos gelos, raspadinhas, sacolés, sucos

e água mineral de procedência desconhecida.

O tratamento consiste principalmente em hidratação. Para casos mais graves, é preciso realizar a hidratação endovenosa. A hospitalização em geral é muito rara, informou a secretaria.

Evacuações muito frequentes e líquidas, dificuldade na hidratação com vômitos que não cedem, pele e boca secas, dificuldade em urinar são indicações de que se deve procurar o serviço de saúde.

A Secretaria de Saúde ressalta que nenhum medicamento deve ser tomado sem conhecimento e indicação médica. (Agência Brasil)

Procon-SP notifica Enel por interrupção prolongada de energia elétrica

A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-SP) notificou a concessionária de distribuição de energia elétrica Enel pela interrupção prolongada dos serviços no dia 7 de janeiro deste ano, que deixou sem eletricidade 150 mil imóveis em São Paulo. A medida é o primeiro passo de uma ação de fiscalização, que pode resultar em sanções como multa.

Desde novembro de 2023, a Enel foi notificada pelo órgão quatro vezes.

A Enel é responsável pela distribuição de energia elétrica em

mais de 20 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital.

Segundo o Procon, a situação se repete a cada chuva, sem que sejam percebidas ações efetivas para a redução dos problemas, como a diminuição do prazo para restabelecimento do fornecimento de energia elétrica aos consumidores atingidos.

“Há mais de um ano que a empresa alega que os problemas são causados por eventos climáticos severos, com ventos acima do esperado; e também há mais

de um ano não se tem notícia de que alguma providência efetiva, seja de engenharia ou de operações, tenha sido tomada para, no mínimo, agilizar a retomada dos serviços”, disse, em nota, Luiz Orsatti Filho, diretor executivo do Procon-SP.

Esclarecimentos

Acrescentou que a alegação de que os ventos têm sido acima do normal não pode mais ser uma resposta aceitável. “Isso deixou de ser um elemento surpresa para se tornar recorrente, como já vinha sendo alertado”, afirmou.

Na notificação feita à Enel, o Procon-SP pede esclarecimentos detalhados da área e do número de consumidores impactados; sobre as providências adotadas para a retomada do serviço e como a informação foi passada aos consumidores.

O órgão pediu, também, informações sobre a política de compensações aos consumidores que permaneceram muitas horas sem energia em suas residências e comércio. A Enel tem prazo de sete dias para enviar os esclarecimentos ao Procon. (Agência Brasil)

Piloto morre após queda de avião em Ubatuba

Uma pessoa morreu após a queda de uma aeronave de pequeno porte na orla da praia do Cruzeiro, próximo à pista de skate, em Ubatuba, litoral norte paulista.

Segundo informações da prefeitura de Ubatuba, haviam cinco pessoas na aeronave, entre elas, o piloto, que ficou preso às ferragens e acabou não sobrevivendo ao acidente. Imagens que circulam nas redes sociais mostram a aeronave explodindo, quando já se aproximava da praia.

As outras quatro pessoas

que estavam no avião - dois adultos e duas crianças - foram socorridas e encaminhadas para a Santa Casa. Além delas, uma mulher que passava pelo local e que tentou correr para fugir do acidente, acabou torcendo o pé e também foi encaminhada para o hospital.

Por meio de nota, a Rede VOA, concessionária que administra o Aeroporto Estadual de Ubatuba Gastão Madeira, informou que a aeronave de prefixo PR GFS - modelo Cessna Citation 525 CJ1, havia saído do Aeroporto Municipal de Mineiros,

em Goiás, com cinco pessoas, e tentou pousar no aeroporto de Ubatuba. No entanto, as condições meteorológicas não eram boas, com chuva e pista molhada.

Após tentar o pouso, a aeronave acabou ultrapassando a pista, atravessando o alambrado e vindo a atingir uma mulher e uma criança, que ficaram feridas.

Neste momento, equipes da Defesa Civil, da Guarda Civil Municipal, da Secretaria de Segurança, dos bombeiros e da Polícia Militar estão no local, isolando a área.

Por meio de nota, o Quarto Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Seripa IV), órgão regional do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), informou que investigadores do órgão estão se direcionando ao local para analisar as causas do acidente. “O Cenipa tem por objetivo investigar as ocorrências aeronáuticas, de modo a prevenir que novos acidentes com características semelhantes ocorram”, informou. (Agência Brasil)

Peruíbe tem 230 desabrigados por conta das chuvas no litoral paulista

O município de Peruíbe, no litoral paulista, tem ao menos 230 desabrigados, segundo a Defesa Civil do Estado de São Paulo. A remoção das pessoas de áreas de risco começou na quarta-feira (8) e seguiu durante a madrugada da quinta-feira (9). Equipes da Polícia Ambiental auxiliaram na remoção das famílias.

Por volta das 6h30 de quinta-feira, a Defesa Civil informou que

voltou a chover de forma consistente com intensidade moderada no município e que na hora anterior já havia registrado 33 milímetros (mm) de chuva. Os acumulados nas 24h anteriores já somavam 244 mm.

No bairro Caraguava, por conta dos pontos de alagamentos, 17 pessoas chegaram a ficar isoladas, mas foram resgatadas pelo Corpo de Bombeiros. Os

bairros Vila Erminda, Araminguava, Venessa, Ribamar, Jardim das Flores e Nova Itariri também registraram alagamentos, atingindo moradias. Os desabrigados foram encaminhados para o abrigo temporário localizado na Vila Romar.

Ubatuba

De acordo com a Defesa Civil Municipal, chuva de alta in-

tensidade acompanhada por rajadas de vento atingiu o município de Ubatuba.

Houve o extravasamento do Rio Angelin e Ubatumirim, diversos pontos de alagamentos, inundações e quedas de árvores nos bairros Perequê-Açu, Centro, Camburi e Ubatumirim. Até o momento, não há registro de pessoas feridas, desabrigadas ou desalojadas. (Agência Brasil)

Roubos e furtos na Baixada Santista caem 35% durante as festas de fim de ano

O planejamento operacional das forças de segurança para as festas de fim de ano conseguiu reduzir em 35% o número de roubos e furtos nos nove municípios que compõem a região da Baixada Santista, no litoral de São Paulo.

Foram 1.043 boletins de ocorrência de roubos e furtos registrados entre 21 de dezembro e 3 de janeiro. No ano anterior, foram 1.622 casos. Os dados são da Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública (SSP).

Na semana do Natal, entre os dias 21 e 27 de dezembro, houve o registro de 146 roubos na Baixada Santista. No mesmo período em 2023, foram 181 casos, o que representa uma redução de 19%. Em relação aos furtos, a quantidade passou de 445 para 364 - queda de 18%.

Entre os dias 28 de dezembro e 3 de janeiro, durante o período de Réveillon, os roubos tiveram uma queda expressiva.

De acordo com os dados, houve 168 ocorrências no período, 55% a menos que a quantidade de crimes registrados na mesma semana do ano anterior, quando foram 372 ocorrências. Os furtos reduziram 42% - passando de 624 para 365 casos.

Os números representam o esforço da administração paulista em aumentar a segurança da população que escolhe passar as festas de final de ano nas cidades do litoral paulista. Nesse período de férias, houve o reforço no patrulhamento ostensivo com o incremento de 2,3 mil policiais. Os agentes permanecerão na região até o dia 7 de fevereiro.

Para o comandante do Comando de Policiamento do Interior 6, coronel Rogério Nery, responsável pela região da Baixada Santista, o planejamento estratégico definido por cada área foi fundamental para a redução dos índices.

“Todos os comandantes analisaram as ocorrências de 2023 e viram o que poderia ser

melhorado para o ano seguinte. Eles conseguiram distribuir o efetivo policial de forma mais eficaz, proporcionando uma sensação de segurança muito maior para a população”, disse o coronel. Ainda conforme ele, o efetivo foi mais bem instruído e preparado com o objetivo de reduzir os crimes patrimoniais durante o período.

Ao longo do ano, também houve ampliação de unidades policiais e prisões de importantes lideranças de facções criminosas atuantes na região, o que ajudou a reduzir o índice de criminalidade nos municípios.

A Baixada Santista é composta pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

Trabalho de inteligência, de investigação e repressão às quadrilhas de furtos e roubos

A Polícia Civil destacou que a atuação antecipada das delegacias especializadas com a

identificação de lideranças criminosas e ações desencadeadas contra quadrilhas de furtos e roubos colaboraram para a queda dos índices criminais no período.

“Foi realizado um trabalho de inteligência, de investigação e repressão às quadrilhas de furtos e roubos de celular, por exemplo. Também empenhamos equipes para evitar a recepção de aparelhos para posterior compra e venda de peças, desestimulando o crime”, explicou o delegado Edy Wilian Tedros, coordenador da Unidade de Inteligência Policial do Deinter 6.

O trabalho integrado das forças policiais ajudou a evitar mais de 500 roubos e furtos no Natal e Ano Novo de 2024. “Conseguimos também ampliar a vigilância de pontos considerados críticos por sistema de câmeras, especialmente nas áreas turísticas, onde há a maior concentração de pessoas”, lembrou. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Bastou uma semana, por vereador Ricardo Teixeira (União) seguir demonstrando seu caráter [pessoal e cristão] em relação ao fato de que apenas está presidente do mais importante parlamento municipal do Brasil

PREFEITURA (São Paulo)

Reeleito (2024) prefeito da mais importante cidade brasileira, o cristão Ricardo Nunes (MDB) foi reeleito prefeito (eleições 2024 pelo MDB). Agora com vice [Mello - PL] terá 4 anos pra demonstrar quem era e quem é

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Entre os deputados que foram empossados [no lugar dos colegas deputados que foram eleitos prefeitos 2024], chama atenção o cristão Marcelo Aguiar (Podemos), que pode retomar a carreira de cantor [gospel]

GOVERNO (São Paulo)

Enquanto não decide [até em relação ao Republicanos] o que quer [pra sua história pessoal na política até as eleições 2026], o cristão católico Tarcísio vai somando apoios na ALESP e nas 2 Casas do Congresso Nacional

CONGRESSO (Brasil)

Crece a preocupação, até entre parlamentares cujos partidos têm ministérios no governo [3º do Lula - PT] sobre se o DREX [anunciada moeda digital brasileira] poderá um dia quebrar [politicamente] o sigilo bancário

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Visivelmente chateado com a pouca presença física dos que dizem apoiar seu 3º governo [ausentes no '8 janeiro' 2025], o presidente Lula (PT) segue dizendo que Temer (MDB) foi golpista [na cassação da Dilma 2016]

PARTIDOS (Brasil)

Vai influir [eleições brasileiras 2026] o fato de parte do PT e da 'legenda' MST seguirem apoiando a 'posse' - hoje - do fraudador e ditador Maduro na Venezuela. Em tempo : o 'convidado' Lula (ainda dono do PT) não foi

JUSTIÇAS (Brasil)

Sobre 'liberdades' nas redes sociais: cristãos [todas as carreiras do Direito] têm obrigação espiritual de falar e escrever sobre a profecia bíblica de um Governo Justo, Perfeito e Eterno [do Cristo] ... sem as mentiras deste mundo

ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tomar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ...

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "O meu coração exulta no Senhor. A minha força está exaltada no Senhor. A minha boca se ri dos meus inimigos, porque me alegro na tua salvação" 1 Samuel 2:1

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

Haddad afirma que Lula vetará jabutis que encarecerão conta de luz

Os “jabutis” incluídos no Projeto de Lei das Usinas Eólicas Offshore (em alto-mar) que encarecerão a conta de luz serão vetados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse a quinta-feira (9) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “Jabutis” são trechos incluídos em projetos de lei mesmo sem ter relação com o tema original.

O texto aprovado pelo Senado no fim do ano passado tem até esta sexta-feira (10) para ser sancionado ou vetado.

Segundo Haddad, a recomendação foi unânime entre os ministérios envolvidos no projeto. “Todos os ministérios que se manifestaram foram unânimes em relação a isso, ao veto dos “jabutis”, inclusive porque há um grave prejuízo à economia popular. Há um problema

efetivo de que a conta de luz das pessoas mais pobres é afetada por essa decisão”, disse o ministro antes de sair para reunião com o presidente Lula.

Na votação do marco regulatório para a energia eólica, em dezembro, o Senado manteve três artigos inseridos pela Câmara dos Deputados que beneficiam termelétricas a carvão e a gás natural, mais caras. Incluídas no texto sob protesto de entidades ambientais e das próprias empresas de energia, as medidas elevam os custos da distribuição de energia em R\$ 22 bilhões por ano até 2050. Isso corresponderia a um aumento de 9% da conta de luz, segundo as associações do setor elétrico.

Impacto primário

Quanto ao projeto de lei da



Foto/Fabio Rodrigues-Pozzebom/ABr

renegociação da dívida dos estados, que deve ser sancionado ou vetado até o dia 13, Haddad disse que o presidente Lula deve vetar os pontos que afetem a meta de resultado primário do governo – diferença entre receitas e despesas sem os

juros da dívida pública. Na quinta-feira, o ministro encontrou-se com Lula para discutir o projeto de renegociação das dívidas estaduais.

“O que estamos levando à consideração do presidente Lula é que tudo que tenha

impacto primário seja vetado. Há alguns itens com impacto primário. Tem também o impacto sobre as finanças estaduais e federais”, afirmou Haddad. O ministro reiterou que a ausência de impacto sobre as contas públicas foi condição acertada com o Congresso para a aprovação do projeto.

Haddad não quis antecipar os pontos que devem ser vetados. De acordo com o ministro, a decisão caberá a Lula. “Tudo que diminui encargos da dívida para a frente não tem impacto primário. Tudo que afeta o estoque tem impacto primário. Então, tudo aquilo que tem impacto sobre o estoque, em virtude do modelo que o Congresso criou, a recomendação é de veto”, limitou-se a

afirmar o ministro.

De autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a proposta cria um programa especial de socorro aos estados, com um parcelamento em até 30 anos da dívida com juros mais baixos que os atuais. O governo sugeriu uma redução especial dos juros da dívida aos estados que investissem mais em educação, mas o Congresso flexibilizou a proposta.

Até 31 de dezembro deste ano, os estados deverão aderir à renegociação especial. Atualmente orçada em R\$ 765 bilhões, a dívida dos estados com a União tem mais de 90% do valor concentrado em quatro estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás. (Agência Brasil)

Vendas no comércio caem 0,4% de outubro para novembro, diz IBGE

As vendas no comércio brasileiro recuaram 0,4% na passagem de outubro para novembro. O resultado foi impactado negativamente pelo setor de móveis e eletrodomésticos, mas é considerado dentro do patamar de estabilidade. Esse desempenho do comércio faz o setor deixar o ponto mais alto da série histórica, iniciada em janeiro de 2000 atingido em outubro de 2024, quando tinha crescido 0,4% ante setembro.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio, divul-

gado na quinta-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No acumulado dos 11 meses de 2024, o comércio varejista soma alta de 5% ante o mesmo período de 2023. Em 12 meses, o acúmulo positivo é 4,6% - 26º mês seguido de alta nesse tipo de comparação acumulada. Já na comparação com novembro de 2023, o setor cresceu 4,7%.

O gerente da pesquisa Cristiano Santos, explica que a variação de 0,4% é considerada uma

estabilidade e não rompe o comportamento do ano de alta nas vendas (+0,4%), sendo “bastante expressivo quando comparado a anos anteriores”. Ele lembra que de janeiro a maio de 2024, o comércio teve cinco meses seguidos de alta.

Na passagem de outubro para novembro, o IBGE apurou recuo de vendas em cinco das oito atividades pesquisadas. A maior influência de baixa veio de móveis e eletrodomésticos, que recuaram 2,8%.

Cristino aponta que o resultado de móveis e eletrodomésticos em novembro não suprime o avanço de outubro, quando se expandiu 7,8%, reflexo de uma “antecipação de promoções relacionadas à Black Friday”.

Outros segmentos com queda nas vendas foram artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (-2,2%), livros, jornais, revistas e papeleria (-1,5%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-1,0%) e hipermercados, produtos alimen-

tícios, bebidas e fumo (-0,1%).

Segundo Santos, o comportamento dos supermercados, que representam 53,2% do varejo nacional, representa uma acomodação após crescimentos recentes. “É o setor que mais se aproxima do seu valor máximo”, diz. A inflação dos alimentos também explica esse recuo de 0,1% perante o ponto mais alto, de outubro de 2024.

No lado do crescimento de vendas figuram equipamentos e material para escritório, informáti-

ca e comunicação (3,5%), combustíveis e lubrificantes (1,5%) e tecidos, vestuário e calçados (1,4%).

O chamado varejo ampliado, uma versão da pesquisa que inclui além do varejo, as atividades de veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado especializado de produtos alimentícios, bebidas e fumo, as vendas caíram 1,8% na passagem de outubro para novembro. No ano, o acúmulo é positivo de 4,4% e, em 12 meses, 4%. (Agência Brasil)

Tecnologia deve elevar em 78 milhões total de empregos até 2030

Estudo feito pelo Fórum Econômico Mundial em 55 países estima que as novas tecnologias elevarão, até 2030, em 78 milhões o número de postos de trabalho no mundo. Segundo pesquisa divulgada na quarta-feira (8), o avanço tecnológico deverá criar 170 milhões de empregos e tornar obsoletos 92 milhões, resultando em um saldo de 78 milhões, ou 7% dos postos atuais.

Os novos empregos deverão se concentrar nas atividades de especialistas em Big Data (conjunto de informações presentes

nos bancos de dados de servidores e empresas), engenheiros de Fintech (empresas que introduzem inovações nos mercados financeiros), especialistas em inteligência artificial, desenvolvedores de software e aplicações, especialistas em gestão de segurança, especialistas em armazenamento de dados, especialistas em veículos elétricos e autônomos, designers de interface e experiência do usuário, especialistas em internet das coisas e motoristas de serviços de entrega.

Entre os empregos que sofre-

ão declínio estão os de funcionários de serviços postais, caixas bancários e cargos relacionados, operadores de entrada de dados, caixas e atendentes, assistentes administrativos e secretárias executivas, trabalhadores de impressão, contadores, auxiliares de contabilidade e de folha de pagamento, atendentes e condutores de transporte, assistentes de registro de materiais e controle de estoque, vendedores porta a porta, vendedores de jornal e ambulantes.

“A gente está dizendo com

total clareza que essa demanda por tecnologia, ela, sim, vai gerar postos de trabalho. Temos uma leitura muito benéfica para o mercado de trabalho, não é à toa, são milhões de novos empregos que devem ser criados, desde que as empresas tenham o compromisso de fazer os investimentos devidos”, destacou Hugo Tadeu, diretor do Núcleo de Inovação, Inteligência Artificial e Tecnologias Digitais da Fundação Dom Cabral, uma das entidades que realizaram o estudo, em parceria com o Fórum Econômico Mundial.

De acordo com o levantamento, nove entre dez empresas consultadas no Brasil planejam aprimorar suas habilidades em tecnologia. No entanto, as companhias brasileiras preferem contratar profissionais “prontos” a formá-los. “É importante chamar a atenção: a área de gestão de pessoas no Brasil está um bocadinho precisando fazer uma atualização para entender que o mundo está mudando e, nesse sentido, orçamento, investimento, capacitação e treinamento são agendas impor-

tações”, ressaltou Tadeu.

O estudo mostra ainda que 37% das habilidades dos trabalhadores brasileiros deverão mudar nos próximos cinco anos, migrando para as áreas de inteligência artificial, Big Data, pensamento crítico, alfabetização tecnológica e lógica geral.

A maioria das empresas brasileiras (58%) espera recrutar funcionários com novas habilidades e 48% planejam transitar funcionários de funções em declínio para funções em crescimento. (Agência Brasil)

Receita esclarece que não cobrará imposto por Pix

O reforço na fiscalização de transferências via Pix e cartão de crédito não significa criação de impostos, esclareceu a Receita Federal. Em comunicado, o Fisco desmentiu informações falsas que circularam nas redes sociais nos últimos dias sobre cobrança de imposto para transferências digitais.

Em 1º de janeiro, entraram em vigor as novas regras da Receita Federal para a fiscalização de transferências financeiras. A principal mudança foi a extensão do monitoramento de transações financeiras às transferências Pix que somam pelo menos R\$ 5 mil por mês para pessoas físicas e R\$ 15 mil para pessoas jurídicas. Além das transações Pix, es-

ses limites também valem para as operadoras de cartão de crédito e as instituições de pagamento, como bancos digitais e operadoras de carteiras virtuais. Elas deverão notificar à Receita operações cuja soma mensal ultrapassa esse teto. Os bancos tradicionais, as cooperativas de crédito e instituições que operam outras modalidades de transação já tinham de informar à Receita sobre esses valores.

Gerenciamento de risco

Segundo a Receita, a instrução normativa que reforçou a fiscalização permite “oferecer melhores serviços à sociedade”. Como exemplo, o comunicado cita que os valores fis-

calizados entrarão da declaração pré-preenchida do Imposto de Renda de 2026 (ano-base 2025), reduzindo divergências e erros que levam o contribuinte à malha fina.

O comunicado esclareceu que a Receita modernizou a fiscalização para incluir novos tipos de instituições do sistema financeiro, como fintechs e carteiras virtuais. No caso do cartão de crédito, o Fisco extinguiu a Declaração de Operações com Cartões de Crédito (Decred), criada em 2003, e a substituiu por um módulo para cartões de crédito dentro da e-Financeira, plataforma que reúne arquivos digitais de cadastro, abertura e fechamento de

contas e operações.

A e-Financeira opera dentro do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), criado em 2007 e que processa, por exemplo, as notas fiscais eletrônicas.

Sigilo bancário e fiscal

No comunicado, a Receita também explicou que o reforço na fiscalização não desrespeitará as leis que regulam os sigilos bancário e fiscal, sem identificar a natureza ou a origem das transações. “A medida visa a um melhor gerenciamento de riscos pela administração tributária, a partir da qual será possível oferecer melhores serviços à sociedade, em absoluto respeito às normas legais dos

sigilos bancário e fiscal.”

A Receita reiterou que a e-Financeira não identifica o destinatário das transferências de uma pessoa ou empresa para terceiros, via Pix ou Transferência Eletrônica Disponível (TED). O sistema, explicou o Fisco, soma todos os valores que saírem da conta, inclusive saques. Se ultrapassado o limite de R\$ 5 mil para pessoa física ou de R\$15 mil para pessoa jurídica, a instituição financeira informará a Receita Federal.

Em relação aos valores que ingressam em uma conta, a e-Financeira apenas contabiliza as entradas, sem individualizar sequer a modalidade de trans-

ferência, se por Pix ou outra. Todos os valores, informou a Receita, são consolidados, devendo ser informados os totais movimentados a débito e a crédito em determinada conta, sem especificar os detalhes das transações.

As instituições financeiras enviarão os relatórios à Receita Federal a cada seis meses. As informações referentes ao primeiro semestre deverão ser prestadas até o último dia útil de agosto. Os dados do segundo semestre serão apresentados até o último dia útil de fevereiro, prazo que permitirá a inclusão na declaração pré-preenchida do Imposto de Renda, na metade de março. (Agência Brasil)

Governo lança edital para apoiar e-comércio em três regiões

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançaram um edital para fomentar o comércio eletrônico nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No total, serão destinados R\$ 4,92 milhões

para nove projetos selecionados.

Na primeira fase do processo seletivo serão selecionados 20 projetos, um para cada unidade da federação das regiões contempladas pelo edital. Na segunda etapa, nove projetos serão escolhidos para receber apoio financeiro, no valor de R\$ 380 mil cada.

Desses, três irão prosseguir para a fase de escala, por mais um ano, contando com acompanhamento técnico e apoio da ABDI, em parceria com o MDIC, e recebendo recursos no valor de R\$ 500 mil.

O edital E-commerce.BR vai premiar soluções inovadoras que ajudem as micro, pequenas

e médias empresas do país a superar obstáculos de logística, capacitação digital e comunicação online.

As inscrições vão até 17 de fevereiro deste ano e podem ser feitas por Redes de Inovação compostas por, no mínimo, três instituições públicas ou privadas

de nível estadual, distrital ou municipal, que atuem em apoio a micro, pequenas ou médias empresas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

De acordo com dados do Observatório do Comércio Eletrônico Nacional, do MDIC, o comércio eletrônico no Brasil movi-

mentou R\$ 196,1 bilhões em 2023, um crescimento de 4,8% em relação ao ano anterior. No entanto, a concentração das vendas online ainda é grande: o Sudeste responde por 73,5% das transações, em contraste com Nordeste (7%), Centro-oeste (3%) e Norte (1,3%). (Agência Brasil)

Teto de juros do consignado do INSS subirá para 1,8% ao mês

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagarão mais nas futuras operações de crédito consignado. Por 13 votos a 1, o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprovou na quinta-feira (8), em Brasília, o novo limite de juros de 1,8% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,14 ponto percentual maior que o limite atual, de 1,66% ao mês, nível que vigorava desde abril. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado foi mantido em 2,46% ao mês.

Propostas pelo governo, as medidas entram em vigor cinco dias após a instrução normativa ser publicada no *Diário Oficial da União*, o que ocorrerá nos próximos dias. Os bancos haviam pedi-

do a elevação imediata do teto.

As altas recentes na Taxa Selic (juros básicos da economia) foram a justificativa para o aumento. Em dezembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou os juros básicos de 11,25% para 12,25% ao ano. Por causa dos juros maiores, os principais bancos pararam de conceder crédito consignado, alegando inviabilidade das operações com o teto atual.

Descompasso

Apenas o representante dos bancos votou contra a medida, alegando descompasso entre os juros do consignado e a realidade do mercado financeiro. As instituições financeiras pediam teto de 1,99% ao ano para permitir a



retomada parcial das concessões, excluindo aposentados por invalidez com mais de 70 anos. Uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 2021 determina a viabilidade eco-

nômica da concessão de crédito consignado ao INSS.

Com o novo teto, os bancos oficiais poderão voltar a emprestar pela modalidade. Segundo os dados mais recentes do Banco

Central (BC), referentes à terceira semana de dezembro, o Banco do Nordeste cobrava 1,73% ao mês; o Banco da Amazônia, 1,71% ao mês; a Caixa Econômica Federal, 1,7% ao mês; e o Banco do Brasil, 1,69% ao mês.

Como todas as taxas estavam acima do teto atual de 1,66% ao mês, essas taxas na prática significam que as instituições suspenderam a oferta desse tipo de crédito. O levantamento do BC já considerava a alta mais recente da Taxa Selic.

Impasse

Em agosto de 2023, quando o Banco Central começou a cortar a Selic, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, havia dito que a pasta havia decidido acompanhar o movimento e propor re-

duções no teto do consignado à medida que os juros baixarem. Durante o ciclo de baixa dos juros básicos, o CNPS reduzia o teto do crédito consignado aos segurados do INSS.

Apesar do início do ciclo de alta da Selic, em setembro do ano passado o aumento do teto dos juros do consignado não acompanhou a evolução da taxa básica. O limite estava inalterado desde junho.

No fim do ano passado, instituições como Banco do Brasil, Itaú, Santander, Pan, BMG, Mercantil e Banrisul suspenderam a oferta do consignado do INSS nos correspondentes bancários porque o teto de 1,66% de juros ao mês não cobria mais os custos da modalidade. (Agência Brasil)

Fortes chuvas em Minas Gerais destroem 9 pontes em Dom Silvério

Foi a pior enchente dos últimos quatro anos. Assim, o prefeito de Dom Silvério, em Minas Gerais, José Bráulio Aleixo, classificou as consequências das fortes chuvas que atingiram a pequena cidade mineira de 5.196 habitantes entre a tarde de terça-feira (7) e a madrugada de quarta-feira (8).

“Durante minha primeira gestão - 2021/2024 - enfrentamos três enchentes. Esta, contudo, foi a pior de todas”, disse à Agência Brasil na quinta-feira (9).

Segundo a Defesa Civil mineira, os últimos dias foram de muita chuva em todo o estado, mas, de acordo com Bráulio, na microrregião do Vale do Piranga, na Zona da Mata, no sudeste mineiro, nenhuma outra cidade foi tão afetada quanto Dom Silvério.

Na terça-feira (7), em apenas 20 minutos, choveu, no município, cerca de 150 milímetros (mm) – um grande volume, considerando que, para todo o mês de janeiro, eram esperados 220 mm. Um córrego que corta a cidade transbordou, causando prejuízos a particulares e à infraestrutura pública.

Embora os servidores da prefeitura ainda não tenham concluído o cadastramento das pessoas afetadas e o balanço dos estragos, foram contabilizados até agora 105 desalojados (pessoas que tiveram que buscar abrigo temporário nas residências de parentes ou amigos ou em pousadas e hotéis) e 15 desabrigados (quem, sem ter onde ficar, teve que ser levado para abrigos públicos ou de entidades sociais).

“Há famílias que perderam tudo que tinham em suas casas. Roupas, camas, televisões, utensílios domésticos... Essas foram as maiores perdas”, acrescentou Bráulio.

Não há, até o momento, registro de pessoas feridas ou mortas, mas ao menos 12 animais domésticos morreram em decorrência das consequências das chuvas. Duzentos imóveis residenciais e comerciais foram de alguma forma atingidos pela força das águas que destruíram pontes e causaram deslizamentos, bloqueando o acesso a algumas localidades. Em alguns bairros, o fornecimento de energia elétrica e água chegou a ser interrompido.

“Perdemos ao menos nove pontes, tanto de concreto, quan-

to de madeira. Duas delas ficam na área urbana. E ainda estamos avaliando se uma terceira está condenada”, detalhou o prefeito, assegurando que a retirada do entulho e a limpeza da área urbana devem terminar ainda hoje.

“Fizemos uma força-tarefa com mais de 200 homens, sete caminhões-pipas, outros quatro ou cinco caminhões menores, maquinário. E, junto com a população, conseguimos terminar a limpeza ainda esta tarde. Quanto ao trabalho de desobstrução das vias, ainda é muito cedo para responder”, comentou o prefeito.

Diante da gravidade da situação, a prefeitura decretou situação de emergência. A medida permite ao Poder Executivo municí-

pal agilizar as ações de resposta, como a mobilização de recursos, execução de obras emergenciais e a solicitação de apoio estadual e federal para a recuperação das áreas afetadas.

“Precisamos elaborar um relatório preciso da situação para acessar recursos federais e estaduais e pleitear emendas parlamentares. Já estamos fazendo este levantamento e em contato com todos que podem nos ajudar”, garantiu Bráulio.

Ele acrescentou que “estamos fazendo todo o cadastro para acessar os recursos via Defesa Civil, emendas parlamentares e governo federal. “Precisamos ter um relatório preciso para passar para as autoridades federais e estaduais. Estamos em con-

tato com todos e estamos fazendo este levantamento”.

Para além das ocorrências registradas esta semana em várias cidades mineiras, a estação de 2024 e deve prosseguir até março, já causou ao menos 12 mortes em Minas Gerais, além de desalojar 1.385 pessoas e desabrigar outras 198.

Os óbitos ocorreram em nove cidades, a partir de 27 de setembro: Ipanema (3); Raul Soares (2) e Uberlândia; Maripá de Minas; Coronel Pacheco; Nepomuceno; Capinópolis; Alterosa e Carangola, com uma morte cada.

Em todo o período, ao menos 46 municípios decretaram situação de anormalidade, ou seja, de emergência ou calamidade pública. (Agência Brasil)

Ministério Público vai investigar queda de aeronave em Ubatuba

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) instaurou um procedimento para apurar as circunstâncias que levaram à queda de uma aeronave na manhã da quinta-feira (9) em Ubatuba, litoral norte paulista.

Segundo o Ministério Público, o procedimento pretende analisar fatos e apontar possíveis responsabilidades, além de verificar a regularidade da aeronave e do Aeroporto de Ubatuba. Para isso, o MP pediu informações

preliminares para a prefeitura de Ubatuba, para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e para o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa). Os órgãos terão o prazo de 48 horas para responder ao MP.

Cinco pessoas, sendo quatro passageiros e o piloto, estavam no avião de pequeno porte que saiu da pista e explodiu na Praia do Cruzeiro. Segundo a concessionária Rede VOA, que adminis-

tra o Aeroporto Estadual de Ubatuba Gastão Madeira, a aeronave havia saído do Aeroporto Municipal de Mineiros, em Goiás, e tentou pousar no aeroporto de Ubatuba. No entanto, as condições meteorológicas não eram boas, com chuva e pista molhada. Com isso, a aeronave ultrapassou a pista e atravessou o alambrado da cabeceira, vindo a explodir já na praia.

O piloto morreu preso às feragens, enquanto dois adultos e duas crianças, todos da mesma

família, foram resgatados com vida. Uma pessoa que passava pelo local também sofreu ferimentos e precisou de atendimento médico. Segundo a prefeitura de Ubatuba, algumas das vítimas do acidente foram inicialmente atendidas na Santa Casa local, mas precisaram ser transferidas para o Hospital Regional de Caraguatatuba.

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo informou ainda que três pessoas que pas-

savam pelo local no momento do acidente foram atingidas pelos destroços da aeronave e ficaram feridas. Mas não houve confirmação se elas precisaram de atendimento médico.

De acordo com o Registro Aeronáutico Brasileiro, da Agência Nacional de Aviação Civil, a situação da aeronave era regular e ela pertencia à família do produtor rural Nelvo Fries.

Além da apuração do Ministério Público, o acidente está sen-

do investigado pela Delegacia de Polícia de Ubatuba e também pelo Quarto Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Seripa IV), órgão regional do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa). “O Cenipa tem por objetivo investigar as ocorrências aeronáuticas, de modo a prevenir que novos acidentes com características semelhantes ocorram”, informou o órgão, em nota. (Agência Brasil)

Líder nacional em educação, Paraná vai receber aporte recorde de fundo federal

O Paraná será contemplado em 2025 com um valor recorde do principal fundo da educação do Governo Federal. O Estado vai receber mais de R\$ 530 milhões do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fun-

deb). O maior repasse do País é resultado, entre outros fatores, da liderança conquistada pelo Estado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O bom desempenho na avaliação consolidou novamente o Paraná como referência em qualidade educacional, garantindo o maior repasse do VAAR entre os

estados, conforme divulgado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O objetivo do VAAR é premiar e incentivar boas práticas e resultados de aprendizado.

No Paraná, 221 municípios atenderam em 2024 as condicionais de melhoria de gestão estabelecidas pela Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC), estabelecidas pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Entre os principais requisitos a serem cumpridos pelas redes escolares para o acesso ao recurso estão o fortalecimento da ges-

tão democrática e alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no caso da rede estadual de ensino.

Além disso, as redes precisam cumprir condicionais que dizem respeito à frequência estudantil; redução de desigualdades e avanços nos indicadores de atendimento e de aprendizagem, definidos e calculados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A comprovação do cumprimento das metas é feita anual-

mente pelos gestores educacionais dos estados e municípios, seguindo as regras de prestação de contas e comprovando que os recursos foram aplicados de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação do Fundeb, garantindo a transparência e eficiência no uso do VAAR.

“Nos últimos três anos, o Paraná apresentou melhorias significativas nos indicadores educacionais, destacando-se pelo aumento no atendimento à educação básica, nas taxas de aprovação e no desempenho dos alunos em avaliações nacionais. Esses resultados consolidaram, pela segunda vez consecutiva, a

liderança da rede estadual de ensino no Ideb, garantindo ao Estado o maior repasse do VAAR entre os estados beneficiados nesta edição”, enfatiza o secretário de Estado da Educação do Paraná, Roni Miranda.

O valor do VAAR será distribuído e repassado diretamente aos municípios que deverão utilizá-los exclusivamente em ações voltadas para a educação básica. Isso inclui, por exemplo, valorização de profissionais da educação, melhorias na infraestrutura escolar, implementação de programas e projetos educacionais, entre outros. (AENPR)

Governo liberou R\$ 2,5 bilhões para agricultura familiar no RS

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) divulgou, na quinta-feira (9), um balanço com as medidas de apoio adotadas pelo governo federal para amenizar os impactos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul em 2024. De acordo com a pasta, foram disponibilizados mais de R\$ 2,5 bilhões para a recuperação da agricultura familiar no estado.

Esses valores tiveram como destino créditos extraordinários, descontos em dívidas, financiamento emergencial, suporte para recuperação de estradas e habitação.

Apenas para a linha de crédito emergencial, foram cerca de

R\$ 1,2 bilhão a serem pagos em até 10 anos, com carência de 3 anos e rebate de 30% no valor contratado – limitado a R\$ 25 mil em municípios em calamidade pública; e a R\$ 20 mil em municípios em situação de emergência.

Segundo o balanço, foram disponibilizados R\$ 1,9 bilhão apenas para subvenções que beneficiaram mais de 80 mil mutuaristas, em meio a mais de 140 mil operações de crédito.

As enchentes de 2024 afetaram 96% do estado, deixando 478 municípios em estado de calamidade ou emergência; afetando, de alguma maneira, cerca de 2,3 milhões de pessoas. (Agência Brasil)

Governo pagará R\$ 60 mil a famílias de crianças afetadas pelo Zika

Medida provisória publicada na quinta-feira (9) no Diário Oficial da União autoriza o pagamento, por parte do governo federal, de indenização no valor de R\$ 60 mil para famílias de crianças com deficiência causada por infecção pelo vírus Zika.

“Fica instituído apoio financeiro à pessoa nascida entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024, com deficiência decorrente de síndrome congênita causada pela infecção da genito-

ra pelo vírus Zika durante a gestação.”

De acordo com o texto, o requerimento da indenização deverá ser feito ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo obrigatória a constatação da relação entre a síndrome congênita e a contaminação da mãe pelo Zika durante a gestação; e da deficiência.

A comprovação da indenização e o pagamento do valor não será considerado para fins de cálculo

de renda mínima destinado à permanência da pessoa no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); à elegibilidade para o recebimento do benefício de prestação continuada; e à transferência de renda do Programa Bolsa Família.

“O apoio financeiro de que trata esta medida provisória, ressaltado o direito de opção, não é acumulável com qualquer indenização da mesma natureza concedida por decisão judicial.”

As despesas decorrentes do pagamento da indenização, segundo o texto, correrão à conta do programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União.

A medida provisória tem validade a partir do momento em que é publicada, mas precisa ser aprovada pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado para se tornar lei. O prazo de vigência da MP é de até 120 dias. (Agência Brasil)



SIMPLES ENERGIA S.A.

CNPJ (MP) nº 41.677.088/0001-68 - NIRE: 3530059512

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Os Diretores da Simples Energia S.A. ("Companhia"), com fulcro no artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), convocam os acionistas da Companhia para a Assembleia Geral Extraordinária a se realizar, em primeira convocação, às 09:00 horas do dia 23 de janeiro de 2025, e, em segunda convocação, às 09:00 horas do dia 24 de janeiro de 2025, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Google Meet, através do link <https://meet.google.com/csd-zsh-zhw>, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleger os novos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia. Os acionistas presentes à Assembleia deverão provar sua condição na forma prevista no Art. 126 da LSA. O Acionista poderá ser representado por procurador, nos termos do Art. 126, §1º, da LSA, e, neste caso, deverá depositar na sede social da Companhia o(s) respectivo(s) instrumento(s) de mandato e de representação até a data da realização da Assembleia. São Paulo/SP, 08 de janeiro de 2025. André Cavalcanti Rosa e Silva - Diretor.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 0016281-85.2024.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo. Executado: Prussia Kwiek e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0016281-85.2024.8.26.0100. (P) M. M. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Gustavo Coube de Carvalho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A YZAKA KWIEK YANOF, neste ato representado por seus genitores, PRUSSO KWIEK (CPF 225.456.478-10) e PRISCILLA YANOF (CPF 222.473.058-65), que a ação de Cobrança de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente São Camilo, foi julgada procedente, condenando-os ao pagamento da quantia de R\$ 51.845,16 (março de 2024). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a INTIMAÇÃO por EDITAL, para que em 15 dias, a fluior dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10%, e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, incia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de novembro de 2024.

Nossa Senhora do Ô Participações S.A.

CNPJ/MP nº 12.970.783/0001-15 - NIRE 35.300.385.861

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora e Local: Aos 09/09/2024, às 9h, na sede social. **Mesa: Presidente** - Silvia Helena Saraiva Gomes; **Secretário** - Antonio Carlos Lourenço Marques. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, sendo: (a) MB & BM Participações Ltda., CNPJ 11.747.974/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social por **Silvia Helena Saraiva Gomes**, RG 5.681.324-7, CPF 989.706.828-72, e **Mário Luiz Saraiva**, RG 5.681.325-9 SSP/SP, CPF 768.474.548-49; (b) **Caravelas Portucal Participações Ltda.**, CNPJ 11.657.179/0001-70, neste ato representada na forma de seu Contrato Social por **Luiz Antonio de Paulo Marques**, RG 8.835.073-3 - SSP/SP, CPF 043.112.448-51, e **Julio Luiz Marques**, RG 7.821.596-1 - SSP/SP, CPF 993.995.718-15; (c) **MARQX Participações Ltda.**, CNPJ 11.788.680/0001-76, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, por **Antonio Carlos Lourenço Marques**, RG 7.821.561-4 - SSP/SP, CPF 010.334.638-41. **Deliberações:** Foi expressa e unanimemente aprovada: a) a autorização para outorga de garantia, para operações de Empréstimos bancários junto ao Banco do Brasil, contraídos pelas empresas do Grupo Nossa Senhora do Ô, pelas Controladas, na qualidade de Arrendatárias, Auto Viação Urubupungá Ltda., CNPJ 61.487.799/0001-18, Viação Cidade de Caieiras Ltda., CNPJ 71.896.880/0001-74 e Urubupungá Transporte e Turismo Ltda., CNPJ 56.139.041/0001-18, tendo como Arrendadora BVL Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, CNPJ 31.546.476/0001-56; a) Autorização está limitada ao valor total de R\$30.000.000,00, considerada as três arrendatárias mencionadas anteriormente; b) Autorizada a administração da Sociedade para a assinar todos os documentos pertencentes à operação em objeto e realizar todos os atos necessários para o cumprimento das obrigações ora aprovadas. SP, 09/09/2024. **Silvia Helena Saraiva Gomes** - Presidente; **Antonio Carlos Lourenço Marques** - Secretário. JUCESP - 378.297/24-4 em 08/10/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.



BARI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MP 10.608.405/0001-60 - NIRE 41.300.313.067

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 62ª E 63ª (SEXAGSIMA SEGUNDA E SEXAGSIMA TERCEIRA) SÉRIES DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DA BARI SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos certificados de Recebíveis Imobiliários da 62ª e 63ª (Sexagésima Segunda e Sexagésima Terceira) Séries da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.11 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das Séries 62ª e 63ª da 1ª Emissão da Bari Securitizadora S.A., celebrado em 24 de agosto de 2017 ("Termo de Securitização"), e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 36.113.876/0001-91 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 28 de janeiro de 2025, às 14 horas e em segunda convocação no dia 05 de fevereiro de 2025 às 14 horas ("Assembleia"), de modo exclusivamente digital, por videoconferência on-line na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial ou manifestação de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre: a) (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em setembro de 2024, acompanhada do relatório dos auditores independentes, cujo inteiro teor está disponibilizado no website da Emissora (www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIS", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"); os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para pos-emissao@barisecuritizedora.com.br. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados. São Paulo, 09 de janeiro de 2025. Bari Securitizadora S.A.

CANTAREIRA EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MP 20.080.672/0001-61 - NIRE 35.300.464.613

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora e Local: Aos 30/09/2024, às 9h, na sede social. **Mesa: Presidente** - Silvia Helena Saraiva Gomes; **Secretário** - Marcelo Nabih Sallum. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Deliberações:** Aprovados, por unanimidade e sem ressalvas, as seguintes matérias: 1 - **Em matéria ordinária:** I - (a) O Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as contas dos administradores da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; e I - (b) A Sociedade apurou lucro líquido, no exercício social findo em 31/12/2023, no importe total de R\$ 823.207,90, o qual foi utilizado para amortizar parte do saldo de prejuízos acumulados de períodos anteriores, cujo saldo restou alocado na conta "Prejuízos Acumulados" totalizando o montante de R\$ 66.744.970,31; II - Ratificada a destinação dada ao resultado líquido apurado pela Sociedade no exercício social findo em 31/12/2022, da seguinte forma: A Sociedade apurou prejuízo líquido, no exercício social findo em 31/12/2022, no importe total de R\$ 2.329.073,38, cujo saldo restou alocado na conta "Prejuízos Acumulados", que somado ao saldo de prejuízo anterior, totaliza o montante de R\$ 67.568.178,23, bem como foram ratificados todos os atos praticados pelo Conselho de Administração até a presente data; e III - Ratificada a escolha da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.; 2 - **Em matéria extraordinária:** (2a) obedecendo o item 2 da ordem do dia, deu-se início ao processo de eleição e posse dos membros do Conselho de Administração para o mandato correspondente ao triênio 2024/2027, com vigência para o período 30/09/2024 a 29/09/2027, apresentando à assembleia todos os candidatos, submetendo-os à votação. Levado então à votação para compor o Conselho de Administração desta Companhia, com mandato de 3 anos, por unanimidade dos acionistas, foram eleitos os Srs: (a) **Claudio Mendes Borges de Siqueira**, RG 11.927.192 SSP/SP e CPF 154.003.028-82; e (b) **Antonio Carlos Luongo Sanchez**, RG 6.620.866-0 - DETRAN-SP, CPF 037.820.868-30, e reeleitos, os Srs: (c) **Silvia Helena Saraiva Gomes**, RG 5.681.324-7, CPF 989.706.828-72; (d) **Julio Luiz Marques**, RG 7.821.596-1-SSP/SP, CPF 993.995.718-15; (e) **Mauricio Daniel Godoy Saraiva**, RG 30.784.726-3-SSP/SP, CPF 316.630.498-31; (f) **Luiz Augusto Saraiva**, RG 4.105.820-3 - SSP/SP, CPF 640.871.588-53; (g) **Antonio Carlos Lourenço Marques**, RG 7.821.561-4, CPF 010.334.638-41; (h) **Antonio Saraiva Junior**, RG 8.854.332-6, CPF 661.615.818-20, RG/NIRE: 585433226; e (i) **Marcelo Nabih Sallum**, RG 13.597.964-X SSP/SP e CPF 064.900.948-50. SP, 30/09/2024. Mesa: **Silvia Helena Saraiva Gomes** - Presidente; **Marcelo Nabih Sallum** - Secretário. JUCESP - 462.722/24-7 em 12/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 205ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A FORTE SECURITIZADORA S.A., companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), observado o termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 205ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Emissão ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), CONVOCOA os titulares dos CRI ("Titulares de CRI" ou "participantes da assembleia especial" ("assembleia")) a ser realizada, em 1ª (primeira) convocação, em 29 de janeiro de 2025, às 15h00, de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60") e Resolução da CVM 81, de 29 de abril de 2022, cujo acesso deve ser feito por meio de link, a ser encaminhado aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido no Edital, sendo possível a possibilidade de preenchimento e envio de intimação previamente à realização do convênio, para a deliberação sobre os assuntos que compõem a seguinte Ordem do Dia: (i) a aprovação, ou não, das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 30 de setembro de 2024 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas e apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.fortesc.com.br); Sem ressalva e sem ênfase, acompanhadas do relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., na qualidade de auditor independente, elaborados conforme Resolução CVM 80, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e das demonstrações contábeis, legais e regulatórias; Informações Gerais; Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (www.fortesc.com.br/relacao-investidor) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. Ademais, a Securitizadora se coloca à disposição dos Titulares de CRI para prestar outros esclarecimentos que porventura se façam necessários, os quais poderão ser solicitados por meio de envio de comunicação ao endereço eletrônico gestao@grupotrat.com.br, a Assembleia instalará-se, (i) em 1ª (primeira) convocação, com o objetivo de realização da Assembleia, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, o documento de identificação válido com foto do representante do Titular de CRI; b) quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c) quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto em fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Especial de Titulares de CRI; (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d) caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. A participação via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora, no e-mail gestao@grupotrat.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail af.fortesc@grupotrat.com.br, para a seguinte finalidade: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente na plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"), observado que as credenciais de acesso à Assembleia serão enviadas aos Titulares de CRI Credenciados somente após o recebimento pela Emissora e pelo Agente Fiduciário dos respectivos documentos de representação aplicáveis. Por questões operacionais, ressalva-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem e-mail e documentos, conforme instrução acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para administração e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de e-mail que estiverem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetidos apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos os Titulares de CRI Credenciados para administração e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso, após o contato com a Emissora e o Agente Fiduciário nos moldes acima mencionados, determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo e-mail gestao@grupotrat.com.br ou pelo telefone (11) 4118-0614 ou com o Agente Fiduciário pelo e-mail af.fortesc@grupotrat.com.br ou pelo telefone (11) 4118-1292, com o mínimo de 2 (dois) horas de antecedência de início da Assembleia para que seja preparado o suporte adequado e, conforme o caso, a sessão do Titular de CRI seja liberada mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (e.g., instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (www.fortesc.com.br) e na página de rede mundial de computadores da CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, ou com seus certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados e as infes atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 7 de janeiro de 2025. FORTE SECURITIZADORA S.A.

Processo 0046958-05.2004.8.26.0002 da 4ª Vara Cível do Foro Regional II - Santo Amaro/SP. Execução de Título Extrajudicial. Exequente: Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS. Executado: Sara Regina Santos Moraes. Vistos: 1. Fls. 825 e 829: Conforme fls. 807, foi bloqueado e transferido para conta judicial vinculada a este Juízo o valor de R\$ 303.511 da executada SARA REGINA-SANTOS MORAES. A referida executada foi citada por edital e está representada por curador especial. Assim, para se evitar futura nulidade, é de rigor a sua intimação por edital. Nos termos do art. 513, §2º, IV, e 841 do Código de Processo Civil, a publicação desta decisão pela imprensa oficial servirá como edital para fins de intimação da executada SARA REGINA-SANTOS MORAES (CPF 110.790.248-75) acerca da penhora realizada. Publique-se no DJE. Dispensam-se outras publicações do edital além do oficial para evitar custo excessivo ao credor. O prazo do edital será de 20 dias, e o advogado nomeado na fase de conhecimento como curador contínuo responsável pela defesa do executado nesta fase de cumprimento de sentença, nos termos do convênio Defensoria-OB. Após o prazo, abra-se vista à Defensoria Pública. São Paulo, 10 de dezembro de 2024. Juiz(a) de Direito: Dr(a). Marjan Najra Abdo.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MP nº 09.367.702/0001-82 - NIRE Nº 35300325858 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 19 de dezembro de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua País Leme, 524, 4º andar, sala 1, bairro Pinheiros, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre o destaque de juros sobre o capital próprio. **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: (I) A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; (II) O destaque de juros sobre o capital próprio com base no Patrimônio Líquido de 31 de Dezembro de 2023 (deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas em 2024, exceto quanto ao lucro do próprio exercício), no valor bruto de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), correspondentes a R\$ 5.95674626551 por lote de 1.000 ações, sendo que, após a dedução do imposto de renda na fonte ("IRRF") de 15%, nos termos do §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o valor líquido será de R\$ 11.050.000,00 (onze milhões, cinquenta mil reais), correspondentes a R\$ 5.06323432569 por lote de 1.000 ações. Os juros sobre o capital próprio serão deliberados e pagos conforme os acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre o destaque de juros sobre o capital próprio. **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: (I) A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; (II) O pagamento de juros sobre o capital próprio com base no Patrimônio Líquido de (i) 31 de dezembro de 2022 (deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas em 2023, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), correspondentes a R\$ 8.75231606206 por lote de 1.000 ações, sendo que, após a dedução do imposto de renda na fonte ("IRRF") de 15%, nos termos do §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o valor líquido será de R\$ 16.150.000,00 (dezesseis milhões, cento e cinquenta mil reais), correspondentes a R\$ 7.43946865275 por lote de 1.000 ações, conforme destaque aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2023, e (ii) b) 31 de dezembro de 2018 (calculado sobre o Patrimônio Líquido de 31/12/2017), deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas em 2018, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais), correspondentes a R\$ 26.45424848034 por lote de 1.000 ações, sendo que, após a dedução do imposto de renda na fonte ("IRRF") de 15%, nos termos do § 2º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o valor líquido será de R\$ 39.950.000,00 (trinta e nove milhões, novecentos e cinquenta mil reais), correspondentes a R\$ 22.48458120829 por lote de 1.000 ações, conforme destaque aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2022. Os juros sobre o capital próprio ora deliberados serão pagos em 19/12/2024, com base na composição acionária das respectivas datas de aprovação. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 19 de dezembro de 2024. **Assinaturas:** Fábio Russo Corrêa, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: (1) **CCR S.A.**, por Fábio Russo Corrêa; e (2) **SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, por Waldo Edwin Pérez Leskovar. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. **Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.** JUCESP nº 1.982/25-4 em 07.01.2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MP nº 09.367.702/0001-82 - NIRE Nº 35300325858 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 06 de dezembro de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua País Leme, 524, 4º andar, sala 1, bairro Pinheiros, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio. **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: (I) A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; (II) O pagamento de juros sobre o capital próprio com base no Patrimônio Líquido de (i) 31 de dezembro de 2022 (deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas em 2023, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), correspondentes a R\$ 8.75231606206 por lote de 1.000 ações, sendo que, após a dedução do imposto de renda na fonte ("IRRF") de 15%, nos termos do §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o valor líquido será de R\$ 16.150.000,00 (dezesseis milhões, cento e cinquenta mil reais), correspondentes a R\$ 7.43946865275 por lote de 1.000 ações, conforme destaque aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2023, e (ii) b) 31 de dezembro de 2018 (calculado sobre o Patrimônio Líquido de 31/12/2017), deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas em 2018, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais), correspondentes a R\$ 26.45424848034 por lote de 1.000 ações, sendo que, após a dedução do imposto de renda na fonte ("IRRF") de 15%, nos termos do § 2º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o valor líquido será de R\$ 39.950.000,00 (trinta e nove milhões, novecentos e cinquenta mil reais), correspondentes a R\$ 22.48458120829 por lote de 1.000 ações, conforme destaque aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2022. Os juros sobre o capital próprio ora deliberados serão pagos em 19/12/2024, com base na composição acionária das respectivas datas de aprovação. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 06 de dezembro de 2024. **Assinaturas:** Fábio Russo Corrêa, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: (1) **CCR S.A.**, por Fábio Russo Corrêa; e (2) **SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, por Waldo Edwin Pérez Leskovar. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. **Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.** JUCESP nº 1.018/25-5 em 07.01.2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Nossa Senhora do Ô Participações S.A.

CNPJ/MP nº 12.970.783/0001-15 - NIRE 35.300.385.861

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora e Local: Aos 30/09/2024, às 16h, na sede social. **Mesa: Presidente** - Luiz Augusto Saraiva; **Secretário** - Mario Luiz Saraiva. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, sendo: (a) MB & BM Participações Ltda., CNPJ 11.747.974/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social por **Mário Luiz Saraiva**, RG 5.681.325-9 SSP/SP, CPF 768.474.548-49, e **Luiz Augusto Saraiva**, RG 4.105.820-3 - SSP/SP, CPF 640.871.588-53; (b) **Caravelas Portucal Participações Ltda.**, CNPJ 11.657.179/0001-70, neste ato representada na forma de seu Contrato Social por **Luiz Antonio de Paulo Marques**, RG 8.835.073-3 (SSP/SP), CPF 043.112.448-51, e **Julio Luiz Marques**, RG 7.821.596-1 - SSP/SP, CPF 993.995.718-15; (c) **MARQX Participações Ltda.**, CNPJ 11.788.680/0001-76, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, por seu sócio e administrador **Antonio Carlos Lourenço Marques**, brasileiro, casado, maior, Engenheiro, RG 7.821.561-4-SSP/SP e CPF 010.334.638-41. **Deliberações:** Aprovados, por unanimidade e sem ressalvas, as seguintes matérias: 1 - **Em matéria ordinária:** I - (a) O Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as contas dos administradores da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; I - (b) A Sociedade apurou resultado positivo de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2023, no importe total de R\$ 136.423.853,78, dos quais foram destinados o importe total de R\$ 6.821.192,69 para constituição da Reserva Legal. A Sociedade efetivamente distribuiu Lucros no valor total de R\$ 8.033.000,00, restando um saldo de Reserva da Sociedade no valor total de R\$ 393.907.938,04, sendo R\$ 23.926.607,74 a título de Reserva de Capital e R\$ 369.981.330,30 a título de Reserva de Lucros, os quais permaneceram à disposição dos acionistas; II - Tendo em vista a reapresentação das Demonstrações Contábeis encerrada em 31/12/2022, os acionistas aprovam, por unanimidade e sem ressalvas, tais demonstrativos, ratificando a destinação dada ao resultado líquido apurado pela Sociedade no exercício social findo em 31/12/2022, que, após a reapresentação, ficou da seguinte forma: A Sociedade apurou resultado positivo de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2022, no importe total de R\$ 141.025.697,29, dos quais foram destinados o importe total de R\$ 7.051.284,86 para constituição a Reserva Legal. A Sociedade efetivamente distribuiu Lucros no valor total de R\$ 6.306.418,30, restando um saldo de Reserva da Sociedade no valor total de R\$ 2

Sorotipo 3 da dengue volta a circular no país e preocupa autoridades

O sorotipo 3 da dengue registrou aumento em meio a testes positivos para a doença no Brasil — sobretudo nos estados de São Paulo, de Minas Gerais, do Amapá e do Paraná. A ampliação foi registrada principalmente nas últimas quatro semanas de dezembro. O cenário preocupa autoridades sanitárias brasileiras, já que o vírus não circula de forma predominante no país desde 2008 e, consequentemente, grande parte da população está suscetível. Dados do Ministério da Saúde mostram que, ao longo de todo o ano de 2024, o sorotipo da dengue que circulou de forma predominante no Brasil foi o 1, iden-

tificado em 73,4% das amostras que testaram positivo para a doença. “Estamos vendo uma mudança significativa para o sorotipo 3”, destacou a secretária de Vigilância em Saúde, Ethel Maciel, durante coletiva de imprensa na quinta-feira (9). “Quero chamar a atenção porque o sorotipo 3 não circula no Brasil desde 2008. Temos 17 anos sem esse sorotipo circulando em maior quantidade. Então, temos muitas pessoas suscetíveis, que não entraram em contato com esse sorotipo e podem ter a doença. Essa é uma variável que nós estamos colocando no nosso COE

[Centro de Operações de Emergência] para um monitoramento da circulação desses vírus.” Uma projeção feita com base nos padrões registrados em 2023 e 2024 no Brasil e apresentada pela pasta revela que a maior parte dos casos de dengue esperados para 2025 devem ser contabilizados nos seguintes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Paraná. Nessas localidades, é esperada uma incidência acima do que foi registrado ao longo do ano passado. “O que a gente pode esperar para 2025? A gente continua com o efeito do *El Niño* e, portanto,

com altas temperaturas e com esses extremos de temperatura. Também temos o problema da seca, que faz com que as pessoas armazenem água, muitas vezes, em locais inadequados. E isso também faz com que a proliferação de mosquitos possa acontecer”, explicou a secretária de Vigilância em Saúde. “O aumento da circulação do sorotipo 3 não entrou nessa modelagem”, disse. “Não sabemos como ele vai se espalhar. Estamos fazendo esse monitoramento”, completou Ethel. Segundo ela, nas últimas quatro semanas de 2024, 84% dos casos de dengue se concentraram nos esta-

dos de São Paulo, do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Paraná, de Goiás e de Santa Catarina. Dados da pasta mostram ainda que, nas últimas quatro semanas de 2024, 82% do total de casos prováveis de Zika identificados nos países se concentraram no Espírito Santo, no Tocantins e no Acre. Nas últimas quatro semanas de dezembro, 3.563 casos prováveis de Chikungunya foram identificados, sendo 76,3% deles em São Paulo, em Minas Gerais, no Mato Grosso, no Espírito Santo e no Mato Grosso do Sul. “Os estados se repetem, alguns deles, para dengue, Zika e Chikun-

gunya”, destacou a secretária. “Estamos com uma concentração grande de casos no Espírito Santo, com casos importados no Rio Grande do Norte, em Goiás, no Distrito Federal, Paraná e Rio Grande do Sul, mas 90% dos casos estão concentrados no Espírito Santo, com aumento significativo das notificações. Estamos, neste momento, com uma equipe lá”, concluiu Ethel. De acordo com a pasta, na primeira semana de 2024, 471 casos de febre do Oropouche foram identificados no país. Já na primeira semana de 2025, 98 casos da doença foram contabilizados no Brasil. (Agência Brasil)

Soberania do país tem que ser resguardada, diz Lula sobre Meta

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na quinta-feira (9) que fará uma reunião para discutir as novas regras anunciadas pela multinacional Meta, empresa de tecnologia que controla o Facebook, Instagram e WhatsApp, para o funcionamento dessas redes sociais. “O que nós queremos, na verdade, é que cada país tenha sua soberania resguardada. Não pode um cidadão, não pode dois cidadãos, não pode três cidadãos acharem que podem ferir a

soberania de uma nação”, afirmou Lula no Palácio do Planalto, enquanto visitava a galeria de ex-presidentes, que fica no térreo do prédio, e foi reinaugurada há poucos meses. Na última terça-feira (7), o dono da Meta, o bilionário norte-americano Mark Zuckerberg, anunciou as novas diretrizes de moderação de conteúdo das redes sociais e ressaltou que vai se aliar ao governo do presidente eleito dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, para pres-

sionar países que buscam regular o ambiente digital. Entre as alterações, estão o fim do programa de checagem de fatos que verifica a veracidade de informações que circulam nas redes, o fim de restrições para assuntos como migração e gênero, e a promoção de “conteúdo cívico”, entendido como informações com teor político-ideológico. “Eu acho que é extremamente grave as pessoas quererem que a comunicação digital não tenha mesma responsabilidade de um

crime que cometa um crime na imprensa escrita. É como se um cidadão pudesse ser punido porque ele faz uma coisa na vida real e pudesse não ser punido porque ele faz a mesma coisa na digital”, comentou Lula sobre o impacto das mudanças. Até o momento, a nova política de moderação da Meta vale para os EUA, mas deverá se estender para outros países. Antes do comentário do presidente, o novo ministro da Secretaria de Comunicação Social

da Presidência (Secom), Sidônio Palmeira, já havia criticado as novas regras, que na sua avaliação causarão prejuízo à democracia. Na mesma linha, o secretário de Políticas Digitais da Secom, João Brant, afirmou que a decisão da Meta sinaliza de forma explícita que a empresa não aceita a soberania dos países sobre o funcionamento do ambiente digital, em uma antecipação de ações que serão tomadas pelo governo de Donald Trump, que

toma posse no dia 20 de janeiro. Ainda na quarta-feira (8), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou que a Corte “não vai permitir que as *big techs*, as redes sociais, continuem sendo instrumentalizadas, dolosa ou culposamente, ou ainda somente visando lucro, instrumentalizadas para ampliar discursos de ódio, nazismo, fascismo, misoginia, homofobia e discursos antidemocráticos”. (Agência Brasil)

Projeto quer suspender salário de militares da ditadura

A deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL-RS) apresentou um projeto de lei que pede a suspensão da remuneração de militares denunciados por violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade praticados no período da ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964. Segundo o texto, protocolado na terça-feira (7), na Câmara dos Deputados, a suspensão de remuneração e proventos será mantida até que haja decisão definitiva do processo judicial. No intervalo da tramitação, o militar não terá direito a receber nenhum tipo de subsídio, adicional ou gratificação relacionados ao seu

cargo ou função pública. O projeto também destaca que, antes de que a suspensão seja executada, o militar será devidamente notificado e que, conforme asseguram a Constituição Federal e a legislação brasileira, terá direito ao contraditório e à sua própria defesa perante a Justiça. A interrupção do pagamento da remuneração e proventos pode ser cancelada, caso haja elementos suficientes que provem sua inocência quanto aos crimes imputados ao militar. A proposta da parlamentar prevê que em caso de absolvição definitiva, transitada em julgado, ou seja, quando a sentença judicial é de absolvição do

acusado e foram esgotados todos os recursos possíveis, o militar terá direito ao pagamento retroativo dos valores suspensos, devidamente corrigidos pela inflação. No documento protocolado, a parlamentar menciona que a proposta tem como respaldo o Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/80), em que são descritos tanto os direitos como deveres dos membros das Forças Armadas. Fernanda Melchionna diz que o Brasil deve honrar os compromissos que sela com a comunidade internacional, no que diz respeito à salvaguarda dos direitos humanos e ao combate à im-

punidade. “O caso de Rubens Paiva, ex-deputado torturado e morto em 1971, ilustra a relevância da medida. Ele nunca mais foi visto após ser levado para prestar depoimento em 1971, período da ditadura militar, podendo ser considerado um caso de desaparecimento forçado. Apesar das graves acusações e do reconhecimento formal das violações, militares denunciados pelo crime, como o general José Antônio Nogueira Belham, continuam recebendo remunerações públicas, mesmo diante de fortes evidências de seu envolvimento neste crime de lesa humanidade”, exemplifica. Rubens Paiva teve sua histó-

ria recontada no filme *Ainda estou aqui*. O longa-metragem foi dirigido por Walter Salles e protagonizado por Fernanda Torres, que venceu o Globo de Ouro no último domingo (5), e Selton Mello, que interpreta Rubens Paiva. A deputada disse ainda que apresentou o projeto após as notícias dos valores pagos aos militares denunciados no assassinato de Rubens Paiva. “Recentemente, veio à tona a realidade que o Brasil paga R\$ 140 mil por mês aos militares denunciados pelo assassinato de Rubens Paiva. Isso é uma vergonha. Esse privilégio tem que acabar”, afirmou à Agência Brasil. A proposta também ‘incorpo-

ra o reconhecimento de violações documentadas por decisões da Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei nº 12.528/2011, que investigou e reconheceu graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil, especialmente durante o regime militar. Conferir a importância merecida e validar as recomendações da Comissão da Verdade em relação aos militares que atuaram durante o período da Ditadura Militar e praticaram crimes contra os direitos humanos e crimes contra a humanidade reforça o dever do Estado de agir em conformidade com o Direito Internacional e com os princípios de verdade e reparação”. (Agência Brasil)

Porto de Paranaguá bate novo recorde de movimentação em 2024

A Portos do Paraná fechou o ano de 2024 com a maior movimentação de cargas da sua história, com o recorde de 66.769.001 toneladas. O crescimento registrado é de 2,1%, com 1.375.745 toneladas a mais do que em 2023. Os números foram alcançados diante de condições adversas — foram 115 dias de chuva em 2024 (situação que afeta a operação), oito a mais do que no ano anterior. Os resultados foram apresentados em entrevista coletiva na quinta-feira (09). O Porto de Paranaguá recebe e envia os mais diversos tipos de produtos. Apenas a título de comparação, o volume movimentado equivale a 80% de toda a produção de grãos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, colhidos na safra de 2024. Isso corresponde a 3.209 caminhões bi-

trens sendo recebidos diariamente ao longo de 365 dias. “Temos muitos motivos para comemorar. Os dados são resultados de muito trabalho e provam que estamos no caminho certo. Conseguimos o recorde, apesar de mais momentos chuvosos, graças ao foco em eficiência, com aumento de 2,1% em um ano”, destacou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia. Os números também foram celebrados pelo secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex. “O Porto de Paranaguá representa a pujança do Paraná, como o termômetro de como a nossa economia vai bem”, enfatizou. Pelos berços do cais passaram 40 milhões de toneladas em exportação e 26,7 milhões em importação. Os tipos de cargas mais

enviados ao Exterior foram soja (13.265.751), contêineres (9.049.796) e açúcar a granel (6.412.716). Já as principais cargas trazidas ao Brasil por Paranaguá foram fertilizantes (11.140.049), contêineres (7.276.868) e derivados de petróleo (4.912.767). Em números proporcionais, um dos destaques é a cevada. No acumulado de 2023, a Portos do Paraná movimentou 159.458 toneladas. Em 2024 alcançou a marca de 428.132 — aumento de 168% impulsionado pela indústria cervejeira que coloca o Paraná entre os maiores fabricantes da bebida em todo o Brasil. O expressivo crescimento da movimentação da cevada em Paranaguá se deve à implantação da maior malteria do mundo em Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais. O malte é a matéria prima

da cerveja. A indústria tem capacidade para produção de 360 mil toneladas por ano, equivalente a 30% do mercado nacional. Somente duas cervejarias, instaladas em Ponta Grossa, são responsáveis pelo abastecimento das regiões Sul e Sudeste do País, considerando o mercado premium. Outro destaque é o trigo, com 157% de importação e 58% de exportação ao longo do último ano. Paranaguá tem se consolidado cada vez mais como porto multi-cargas, mas seis tipos (soja, farelo de soja, contêineres, fertilizantes, açúcar a granel e derivados de petróleo) somaram 58,3 toneladas transportadas em 2024, o que representa 87,3% do que foi movimentado durante o ano. Um dos pontos altos do ano passado foi o aumento de cargas

gerais, que registrou crescimento de 23% em 2024, em comparação com o ano anterior. A movimentação de veículos aumentou 29%: 112.870 passaram por Paranaguá, importados ou exportados. Também o Porto de Antonina registrou índices positivos em 2024, com 47% a mais de volume movimentado em relação ao ano anterior. O total chegou a 1.993.620 toneladas, em comparação com 1.355.626 toneladas de 2023, concentradas em dois produtos: fertilizantes e açúcar. O recorde é resultado de um planejamento estratégico de longo prazo, efetivado desde o início da atual gestão, que promoveu a regularização de contratos e a melhoria da estrutura, principalmente de equipamentos que garantem a operacionalidade do porto com máxima eficiência.

“É com inteligência logística e ajustes operacionais que fazemos a Portos do Paraná crescer cada vez mais”, salientou o diretor-presidente. Os investimentos realizados em derrocagem (retirada de pedras) e em dragagem no canal de acesso e nos berços de atracação também contribuíram para esses números positivos. Recentemente o Porto de Paranaguá passou a operar com uma profundidade maior. A atualização do calado — que corresponde à distância entre o ponto mais profundo da embarcação (quilha) e a superfície da água — ajuda a diminuir o tempo de espera para atracação e desatracação. Ao mesmo tempo, permite que navios possam chegar e sair com muito mais carga e com total segurança. (AENPR)

InfoGripe indica sinal de queda de casos de SRAG no país

O Boletim Infogripe da Fiocruz indica sinal de queda no país dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) nas tendências de longo prazo (últimas seis semanas) e de curto prazo (últimas três semanas). No entanto, há sinalização de crescimento da tendência de longo prazo em cinco estados: Alagoas, Paraíba, Acre, Rondônia e Roraima.

O rinovírus permanece como o principal vírus responsável pelos casos de SRAG em crianças e adolescentes de até 14 anos nas últimas semanas, enquanto a Sars-CoV-2 (Covid-19) predomina entre os idosos. Segundo a Fiocruz, a incidência semanal média de SRAG por Covid-19 nas últimas semanas tem apresentado maior impacto nas crianças pequenas e em ido-

ssos, enquanto a mortalidade tem sido mais elevada entre os idosos a partir de 65 anos. “No estado do Ceará, mantém-se o aumento de casos de Covid-19 já constatado em boletins anteriores, especialmente entre jovens e adultos, com sinais de desaceleração entre idosos”, afirma a pesquisadora Tatiana Portella, do Programa de Computação Científica da Fiocruz e coordenadora

do InfoGripe. A pesquisadora informa que o aumento de casos de SRAG entre idosos em diversos estados do Nordeste (Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Maranhão), e do Norte (Amazonas, Acre, Pará e Rondônia) sugere uma possível associação com a Covid-19. “No entanto, os dados laboratoriais disponíveis até o momento

nesses estados ainda são insuficientes para estabelecer uma associação mais precisa”, esclarece Tatiana. O Boletim registra ainda que em Alagoas e Roraima o cenário ainda é oscilante, mas sugere atenção devido ao aumento de casos de Covid-19 em muitos estados das regiões Norte e Nordeste. A prevalência de casos positivos, nas últimas quatro sema-

nas epidemiológicas, foi assim distribuída: 7,7% eram influenza A; 4,9% eram influenza B; 13% eram vírus sincicial respiratório (VSR); 26,9% eram rinovírus; e 41,3% eram Sars-CoV-2. Entre os óbitos, a prevalência entre os casos positivos foi de 7,4% para influenza A; 5,6% para influenza B; 0,9% para VSR; 9,7% para rinovírus; e 74,1% para Sars-CoV-2. (Agência Brasil)